

HABEAS CORPUS Nº 542.992 - SP (2019/0326302-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : RENATO DA COSTA GARCIA
ADVOGADO : RENATO DA COSTA GARCIA - SP0251201
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO DOS SANTOS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 33, CAPUT, 34, 35, CAPUT E 40, III E IV, TODOS DA LEI N. 11.343/2006. ALEGAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, DE ILEGALIDADE DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, NULIDADE DA AÇÃO PENAL, AUSÊNCIA DE DENÚNCIA NO PRAZO LEGAL E DE PROVAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MATÉRIAS NÃO ANALISADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM RAZÃO DE SE TRATAR DE REITERAÇÃO DE PEDIDO. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. 41 (QUARENTA E UM) RÉUS, PRESOS EM UNIDADES PRISIONAIS DIVERSAS E COM DIVERSOS DEFENSORES, DEMANDANDO EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Não analisada pelo eg. Tribunal **a quo**, em razão de se tratar de reiteração de pedido, as questões atinentes **a revogação da prisão preventiva, alegação de ilegalidade das interceptações telefônicas, nulidade da ação penal, ausência de denuncia no prazo legal e de provas**, não cabe a esta Corte examinar o tema, **sob pena de indevida supressão de instância**. Precedentes.

III - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o **juízo de razoabilidade** para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes.

IV - **In casu**, não há qualquer elemento que evidencie a desídia do aparelho judiciário na condução do feito, uma vez que trata-se de **"quadrilha com quarenta e um denunciados no referido processo, onde os réus**

Superior Tribunal de Justiça

encontram-se recolhidos em diferentes penitenciárias", "e com diversos defensores, demandando expedição de cartas precatórias". Assim, faz-se necessário asseverar que o feito estaria seguindo seu trâmite regular o que não permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Habeas corpus não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator